



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

**UNIDADE:** Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Dados sobre gestão de recursos hídricos e saneamento. Informações fornecidas. Inovação no pedido em instância recursal. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 110/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, de número SIC em epígrafe, para informações acerca da descarga de rede na região do Vale do Paraíba do Sul.
2. Em resposta, o ente prestou as devidas informações e, ante recurso apresentado, apontou inovação na solicitação. Insatisfeito, o interessado interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do pedido formulado e da resposta ofertada permite concluir que a demanda original foi adequadamente atendida, e informados os procedimentos para interposição de recurso em pedido de acesso, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011.
4. A leitura da manifestação feita em âmbito recursal, no entanto, permite verificar não se tratar propriamente de recurso por negativa de acesso, e sim da formulação de novos questionamentos após os esclarecimentos fornecidos. A inovação de pedido em grau de recurso, porém, não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular novo pedido para obter acesso a outras informações.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

5. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.
6. Diante do exposto, considerando o completo atendimento do pedido inicial, bem como a inovação na instância recursal, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de junho de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

VKI